

O crédito rural no Brasil

Evolução e panorama atual

Evandro Scheid Ninaut¹
Marcos Antônio Matos²
Rodrigo Chaer Caiado³

Resumo: O agronegócio apresenta relevante importância na economia e, nesse contexto, o crédito rural influenciou o desenvolvimento da agricultura brasileira; contudo, mostra-se insuficiente para atender a necessidade de recursos para a produção agropecuária no Brasil. O presente estudo tem por objetivo avaliar a evolução e o panorama do crédito rural. Entre os anos de 1960 e 1979, observou-se crescimento no volume de crédito oficial; contudo, de 1979 a 1984, foi observada uma retração de 62,96%. Nos anos 2000, os incrementos foram retomados, atingindo-se R\$ 51,17 bilhões em 2007. O aumento nos custos de produção e as incertezas relacionadas à crise financeira internacional justificam a apoio e a ampliação dos recursos do crédito rural oficial para o custeio, o investimento e a comercialização da produção agropecuária brasileira.

Palavras-chave: agronegócio, crédito rural, taxa de juros.

The Rural Credit in Brazil: Evolution and current situation

Abstract: The agribusiness shows economic importance and rural credit influenced the development of Brazilian agriculture; however, it appears to be insufficient to attend the resources required for agricultural production in Brazil. This study aims to assess the rural credit evolution and its current situation. Between the years of 1960 and 1979, there was a growth in the credit volume; however, from 1979 to 1984, there was a reduction of 62.96%. In the years 2000, the increases were re-taken, reaching US\$ 32,39 billion in 2007. The increase in cost farm production and the uncertainties related to international financial crisis justifies the support and expansion of official rural credit resources in Brazilian agricultural production.

Key-words: agribusiness, rural credit, interest rate.

Introdução

O agronegócio possui fundamental importância na economia brasileira, em virtude de sua participação no PIB, na balança comercial e nos empregos gerados. O setor mostrou evoluções em 2007, sendo responsável por 25,11%

da geração de riquezas do País, o que representou um montante de R\$ 642,63 bilhões (CEPEA, 2008).

A agropecuária apresenta condições de produção que implicam maiores riscos que aqueles da produção industrial, o que justifica

¹ Economista, Especialista, Gerente de Mercados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). E-mail: evandro.ninaut@ocb.coop.br

² Engenheiro-agrônomo, M.Sc., Assessor da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef). E-mail: matos.marcos@gmail.com

³ Graduando em Economia, Estagiário da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). E-mail: rodrigo.caiado@ocb.coop.br

os estudos para a evolução dos métodos de comercialização e para a mitigação de riscos na atividade. Nesse contexto, destaca-se a política agrícola que objetiva proporcionar a modernização da base técnica, o fortalecimento da agroindústria e a expansão da fronteira agrícola. Para tanto, tal política abrange o seguro rural, as garantias de preços mínimos ao produtor e o crédito rural subsidiado, que foi central na política no Brasil.

O ritmo de crescimento do agronegócio brasileiro demanda expressivo volume de recursos para financiamento de novos empreendimentos, para melhoria da produtividade e das tecnologias utilizadas. Em consequência do crescimento, surgem novas necessidades de apoio à produção, bem como à infraestrutura de escoamento da safra.

Segundo Bacha e Silva (2005), o crédito rural é composto pelos recursos oferecidos pelo sistema bancário à agropecuária e parte expressiva desses recursos segue as normas fixadas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965 pela Lei nº 4.829. O SNCR tem como escopo o financiamento substancial de parcela dos custos operacionais da produção e da comercialização, a promoção da formação de capital, a adoção e a difusão de tecnologia moderna e o fortalecimento da posição econômica de pequenos e médios agricultores. Dessa forma, o SNCR busca garantir a concessão de crédito à agropecuária a taxas de juros e condições de pagamentos diferentes das vigentes no mercado livre. Assim, o crédito rural é, potencialmente, um dos mais importantes instrumentos de política agrícola.

Mesquita (1994) ressalta que o crédito rural visa aumentar a renda líquida das empresas rurais. A produção agrícola tem como característica principal a existência de ciclos sazonais, já que os insumos são comprados em um período e os produtos são vendidos em uma etapa posterior.

As mudanças nos preços relativos, as exigências de mercado e a concorrência exigem a necessidade de que a empresa adapte-se a curto prazo. O crédito pode ser a solução viável caso

a empresa não tenha condições de alterar, com capital próprio, parte da sua estrutura produtiva para torná-la mais competitiva, pela utilização de novos fatores mais modernos. O crédito rural possibilita ainda a obtenção de economias de escala, expandindo-se o tamanho até um determinado ponto que seja ideal para a obtenção de economias de escala.

No Brasil, o sistema de crédito rural é constituído pelas instituições financeiras formais, com referência especial aos bancos comerciais, privados e oficiais, sendo fiscalizados pelo Banco Central e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Diante das potencialidades do agronegócio e dos seus pontos críticos, os estudos que analisam os mecanismos de garantia de renda aos produtores rurais tornam-se relevantes. Nesse contexto, considerando-se o importante papel da política de crédito rural no processo de modernização agrícola no Brasil, o presente estudo tem o objetivo de avaliar a evolução e o panorama atual do crédito rural. Para tanto, foram utilizados os dados disponibilizados pelo Banco Central e demais fontes especializadas para análise do crédito rural no Brasil.

Resultados e discussão

Considerando-se a importância do agronegócio na economia brasileira, observa-se na Figura 1 a análise da evolução do PIB do agronegócio e a sua participação percentual no PIB brasileiro ao longo dos anos. As oscilações visualizadas no PIB do agronegócio devem-se às variações das cotações das *commodities* no âmbito internacional, fato constatado em 2003, 2004 e a partir de 2007. Dessa forma, no último ano avaliado, a participação do PIB do agronegócio na economia foi de 25,10%, ainda abaixo dos níveis de 2003, quando a participação foi de 28,80%.

Diante do cenário de incentivo à produção agropecuária, consequência do aumento da demanda no cenário internacional e da diversificação da matriz energética (por meio da

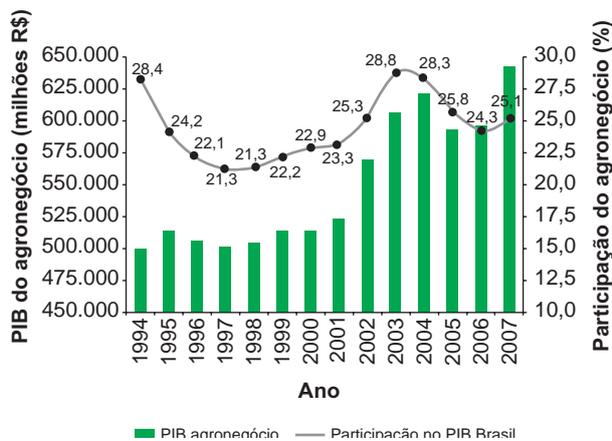


Figura 1. Evolução do PIB do agronegócio e sua participação no PIB do Brasil.

Fonte: Cepea (2008).

utilização de fontes renováveis de energia a partir da cana-de-açúcar, de florestas plantadas e de plantas oleaginosas), o agronegócio tende a ganhar espaço na economia, considerando-se o potencial agrícola e a disponibilidade de áreas produtivas.

Ao longo dos anos foi observado o crescimento da produtividade de grãos no Brasil, conforme se mostra na Figura 2. A produção agrícola apresentou tendência de crescimento linear ao longo dos anos, passando de 57,90 milhões de toneladas na safra 1990–1991 para 143,28 milhões nas projeções da safra 2007–2008, evo-

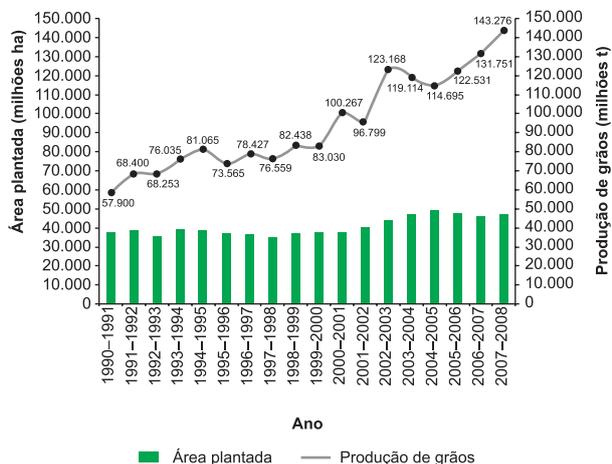


Figura 2. Produção brasileira de grãos e área plantada, entre a safra 1990–1991 e as projeções para a safra 2007–2008.

Fonte: Conab (2008).

lução de 147,46%. Já a área plantada apresentou oscilações no período analisado, mostrando um crescimento de 24,29%, o que revela incremento da produtividade agrícola no Brasil nas últimas décadas.

O crédito rural

A Figura 3 apresenta a evolução do montante real de crédito de 1960 a 2007 e sua participação no PIB agropecuário. Na década de 1970, foram observados aumentos significativos no volume de crédito rural disponibilizado, destacando-se a primeira metade da década. Entre os anos de 1960 e 1979, observou-se um crescimento real de 1.588,70% no volume de crédito rural, que passou de R\$ 7,67 bilhões para R\$ 129,56 bilhões. No ano de 1975, o crédito rural representou 83,84% do PIB agropecuário.

Segundo o estudo elaborado por Goldin e Rezende (1993), entre os anos de 1970 e 1979 vigoraram taxas de juros reais negativas nos financiamentos concedidos.

O volume de crédito rural apresentou uma retração de 62,96% entre 1979 e 1984, atingindo o nível de R\$ 47,98 bilhões neste ano. Segundo Bacha et al. (2005) devido à monetarização da economia durante o Plano Cruzado, foi observada interrupção na queda do volume de crédito rural nos anos de 1985 (39,46%) e de

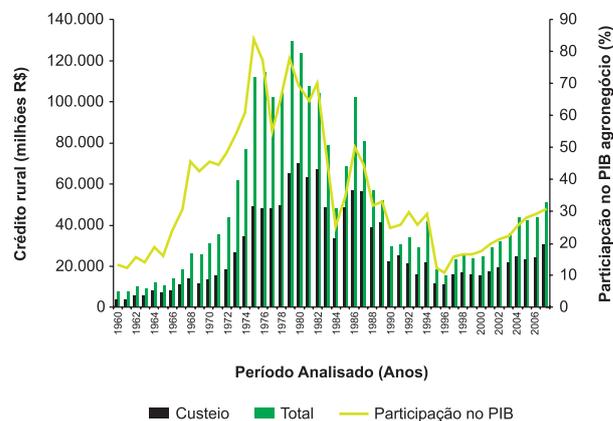


Figura 3. Evolução do montante real de crédito de 1960 a 2007 e sua participação no PIB agropecuário.

Fonte: Bacen (2008).

1986 (54,61%). Contudo, o volume de crédito rural voltou a diminuir, apresentando um montante de R\$ 51,83 bilhões, em 1989, redução de 49,20% quando comparado ao volume disponibilizado em 1986.

Dessa forma, a década de 1980 mostrou uma redução da participação das autoridades monetárias como fontes de recurso e o uso efetivo de recursos próprios dos produtores na atividade. Destacam-se também a reforma nas contas públicas, a unificação orçamentária, o fim da conta movimento do Banco do Brasil e a criação da Secretaria do Tesouro Nacional, que passou a controlar as operações realizadas por ordem do Tesouro Nacional (SERVILHA, 1994).

Em relação à década de 1990, observaram-se oscilações no volume disponibilizado de crédito rural, sendo de R\$ 29,61 bilhões em 1990, atingindo o patamar de R\$ 23,91 bilhões em 1999, redução de 19,24%. Contudo, em 1994 foi visualizada uma elevação no volume de crédito rural, com um montante de R\$ 42,02 bilhões.

Ressalta-se que em 28 de junho de 1996, pelo Decreto 1.946, foi instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com o objetivo de financiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas diretamente pelo produtor rural e sua família.

Nos anos 2000, visualizou-se uma variação significativa no volume de crédito rural, sendo de R\$ 24,57 bilhões no ano 2000 e de R\$ 51,17 bilhões em 2007, o que resultou em aumento total de 108,23% e de 15,46% de crescimento ao ano, com destaque para o incremento dos gastos do Tesouro Nacional na equalização da taxa de juros, as novas linhas de crédito para investimento, a renegociação das dívidas e a criação da CPR financeira como principais fatores (BACHA et al., 2005).

Em relação ao crédito rural oficial divulgado no Plano Agrícola e Pecuário 2008–2009, o montante é de R\$ 65 bilhões para a agricultura empresarial, dos quais R\$ 55 bilhões serão

para custeio e comercialização e R\$ 10 bilhões para os programas de investimentos, como Moderinfra, Moderagro, Propflora, Moderfrota, entre outros. Para a agricultura familiar, o crédito rural oferecido é de R\$ 13 bilhões. Deste valor, R\$ 6 bilhões serão destinados ao financiamento de compra de máquinas e equipamentos que visem à ampliação da produção, e o restante será destinado ao Programa Mais Alimento.

A análise das fontes de recursos do crédito rural oficial é mostrada na Figura 4.

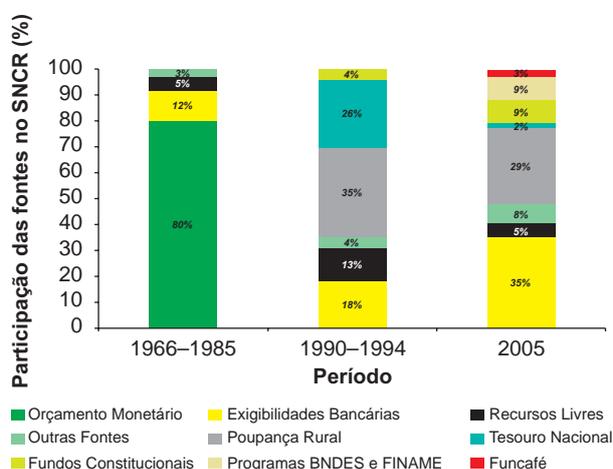


Figura 4. Fontes de recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

Fonte: Bacen (2008).

Até meados da década de 1980, as principais fontes de recursos para financiar o crédito rural eram do Tesouro Nacional e das exigibilidades sobre os depósitos à vista, ou seja, um percentual mínimo sobre os depósitos à vista que os bancos comerciais são obrigados a emprestar para a agropecuária. Essas exigibilidades são os recursos obrigatórios do crédito rural.

Em 1985, 63,98% dos recursos concedidos ao crédito rural foram oriundos do Tesouro Nacional e 32,36%, dos depósitos à vista (GASQUES; CONCEIÇÃO, 2001). Na segunda metade da década de 1980, houve redução da importância dessas fontes e crescimento da poupança rural, instituída em setembro de 1986 pela Resolução nº 1.188 do Conselho Monetário Nacional.

Em 1989, os recursos da poupança rural corresponderam a 51,62% do volume de crédito rural, ao passo que os recursos do Tesouro responderam por 23,96%, enquanto aqueles advindos dos depósitos à vista por 14,45%. Essa mudança na forma de financiamento do crédito rural implicou maior custo do mesmo, diminuindo o subsídio existente nesse financiamento.

A primeira metade da década de 1990 presenciou significativos atrasos nos pagamentos das dívidas de crédito rural e discussões sobre a renegociação do estoque dos débitos. Tal cenário de atraso de pagamentos das dívidas rurais e as discussões sobre o seu escalonamento justificaram o reduzido volume de crédito rural concedido no período de 1990 a 1996. Associado à essa questão, observou-se uma diminuição das fontes de recursos do Tesouro Nacional e recursos obrigatórios, com o respectivo aumento da importância de recursos com maior custo de empréstimo.

Segundo Bacha et al. (2005, p. 51):

[...] no período de 1999 a 2002, os valores reais gastos pelo Tesouro Nacional na equalização dos juros cresceram 105%, ou seja, mais do que dobraram. Os maiores aumentos ocorreram nos anos 2001 e 2002, com o acréscimo na equalização do crédito de investimento.

Os autores destacaram que o Moderinfra e o Moderfrota foram consolidados na década de 2000 pelo governo federal, com o objetivo de criar linhas especiais de crédito de investimento.

De acordo com a estratégia, os créditos de investimento elevaram-se significativamente, passando de 10,55% do crédito total em 2000 para 27,47% em 2007, quando foram destinados R\$ 14,06 bilhões para essa finalidade. Dessa forma, os financiamentos para a compra de máquinas e equipamentos agrícolas possibilitaram os incrementos na área plantada e na produção agrícola.

Nos anos 2000, observou-se a revisão das dívidas renegociadas em 1995, 1998 e 2008, com destaque para o fato de o Tesouro Nacional ter assumido parcela relevante do passivo, com o propósito de permitir aos bancos oportuna-

des para a concessão de financiamentos para a agropecuária.

No período compreendido entre os anos de 1960 e 1980, obteve-se uma correlação positiva entre o crédito rural e o PIB da agricultura, conforme se apresenta na Figura 5.

O PIB da agricultura e o volume de crédito rural disponibilizado apresentaram uma correlação linear positiva, em nível de 92,43% de significância no período analisado. A partir desses anos, não foi detectada correlação entre as variáveis, o que pode ser explicado pelas alterações visualizadas na década de 1980, como o incremento do uso efetivo de recursos próprios dos produtores na atividade e a reforma nas contas públicas, destacando-se o fim da conta movimento do Banco do Brasil e o controle das operações realizadas por ordem do Tesouro Nacional.

A Figura 6 apresenta a participação das regiões brasileiras no crédito rural em 2007.

De acordo com a Figura 6, o crédito rural em 2007 foi aplicado principalmente nas regiões Sul (36,47%) e Sudeste (35,86%), tendo as duas regiões juntas representado 72,33%. Na sequência, visualiza-se a região Centro-Oeste com uma participação de 15,39%, seguida pelo Nordeste (8,98%) e pela região Norte (3,29%).

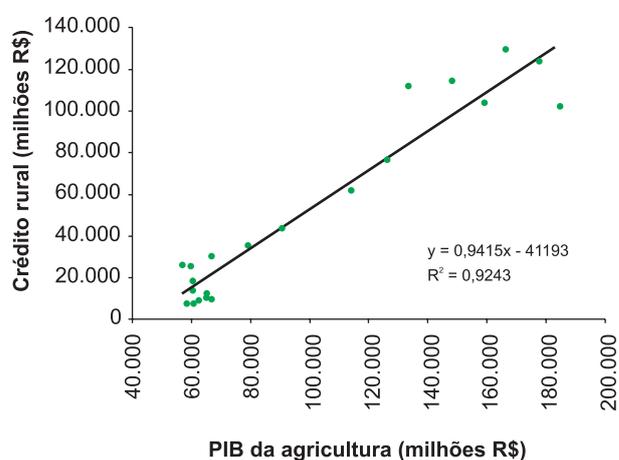


Figura 5. Análise da correlação entre o PIB da agricultura e o crédito rural, no período de 1960 a 1980.

Fonte: Bacen (2008)

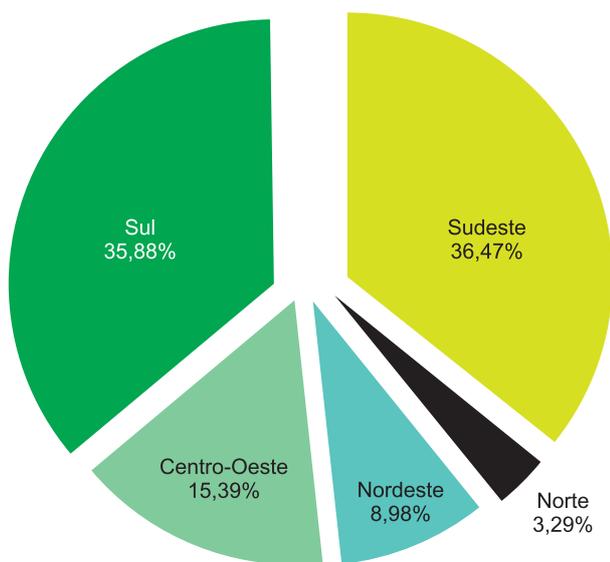


Figura 6. Destinação do crédito rural nas regiões brasileiras.

Fonte: Bacen (2008).

A região Centro-Oeste é considerada o celeiro de produção agropecuária, em virtude de sua aptidão agrícola e climática, tendo o Estado de Mato Grosso maior expressão. Contudo, sua importância no agronegócio brasileiro ainda não se refletiu no crédito rural oficial, pois a sua aplicação na região foi de apenas 15,39%.

Quando se analisa o crédito rural de investimento, as posições se alteram, tendo-se a região Sul e Centro-Oeste como principais destinos, com uma participação de 61,65%.

A avaliação da participação dos bancos e cooperativas no crédito rural em 2007 é observada na Figura 7.

Os Bancos Oficiais Federais possuem liderança no crédito rural, com uma parcela total de R\$ 23,21 bilhões, o que representou 45,36% em 2007. Contudo, os Bancos Privados possuem proximidade na participação do mercado e figuram na sequência com uma parcela de 44,35%, ou seja, R\$ 22,69 bilhões. As cooperativas de crédito mostraram uma representação de 7,75% no crédito rural, com um total de R\$ 3,96 bilhões (Figura 7).

A Figura 8 apresenta a análise do financiamento concedido pelo crédito rural em 2006

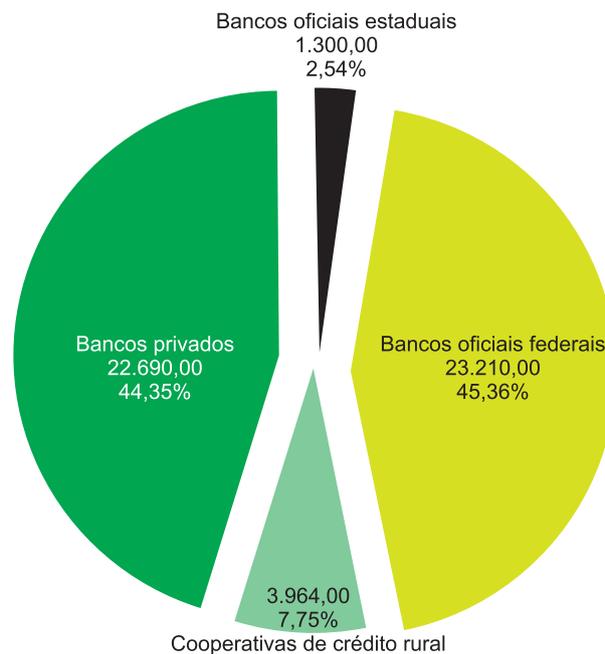


Figura 7. Instituições participantes do crédito rural em 2007.

Fonte: Bacen (2008).

frente aos custos de produção de grãos, café, cana-de-açúcar e da bovinocultura de corte e de leite. Avaliando-se os grãos, o custo de produção total foi de R\$ 34,95 bilhões e os desembolsos de custeio, R\$ 9,40 bilhões. Dessa forma, o financiamento concedido via crédito rural representou 26,90% do custo total ao agricultor. Para o café e a bovinocultura, o financiamento representou 34,38% e 19,75%, respectivamente.

A cultura da cana-de-açúcar mostrou menor participação nos desembolsos de custeio via crédito rural em relação ao custo de produção, sendo de 13,02% em 2006. Nesse ano, o custo total de produção foi de R\$ 9,47 bilhões e o financiamento concedido mostrou um total de R\$ 1,23 bilhão.

Quando se considera a elevação dos custos de produção das culturas agrícolas no Brasil a partir de 2006, o déficit de recursos para os produtores rurais cresce significativamente, fato intensificado pela crise financeira internacional e pela redução de financiamento por parte de tradings.

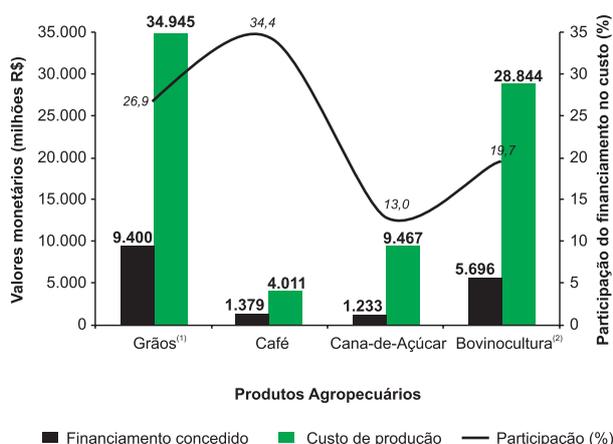


Figura 8. Financiamento concedido pelo crédito rural e custos de produção de grãos, café, cana-de-açúcar e da bovinocultura em 2006.

⁽¹⁾ Arroz, Soja, Milho, Trigo, Feijão e Algodão; ⁽²⁾ Corte e Leite
 Fonte: Brasil (2008a).

Diante do cenário visualizado, a participação do setor privado no financiamento do agronegócio faz-se necessário, com destaque para a criação de novos instrumentos.

Nesse contexto, os instrumentos privados de financiamento do agronegócio foram instituídos pela Lei nº 11.076 de 30 de dezembro de 2004 e permitem aumentar a disponibilidade de capital para o setor e aliviar as pressões sobre o governo federal no que diz respeito à ampliação do crédito rural oficial. São eles: Certificado de Depósito Agropecuário (CDA); Warrant Agropecuário (WA); Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA); Letra de Crédito do Agronegócio (LCA); Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

O CDA e o WA são emitidos por produtores rurais, empresas agropecuárias, cooperativas e associações de produtores e o CDCA é emitido por pessoas jurídicas que beneficiam, comercializam ou industrializam produtos agropecuários. Já a LCA é emitida por instituições financeiras e o CRA, por empresas securitizadoras. O interesse do Estado em diminuir a importância dos recursos controlados do crédito rural, as elevações da produtividade das culturas agrícolas nas últimas décadas e a adimplência viabilizaram o crescimento do uso de recursos livres no financiamento da agropecuária.

Em uma visão conceitual, os instrumentos citados têm potencial para contribuir para a evolução do crédito rural no Brasil, pois os títulos são ativos financeiros e a sua negociação ocorre na em Bolsas de Valores e de Mercadorias e Futuros e em mercados de balcão autorizados a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sem a incidência de Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro (IOF). Contudo, para a consolidação desses instrumentos, seria necessário associar o desenvolvimento do seguro rural de forma ampla e o sistema de armazenagem, considerando-se a infraestrutura exigida e uma moderna legislação para os procedimentos de armazenagem. Tais instrumentos financeiros, embora possuam liquidez garantida, ainda não pressupõem que haja riscos na produção e na armazenagem dos produtos agrícolas.

Outra característica marcante no crédito rural diz respeito à tendência declinante do tamanho médio dos empréstimos concedidos, conforme se demonstra na Figura 9.

Analisando-se o intervalo observado entre 1989 e 2007, o tamanho médio do contrato de custeio apresentou uma redução de 65,31%, passando de R\$ 62,34 mil em 1989 para R\$ 21,63 mil em 2007. Para os contratos do financiamento total concedido, o tamanho médio mostrou uma queda de 73,63% (Figura 9).

É importante ainda destacar que a tendência declinante do tamanho médio dos contratos deve-se à evolução do Pronaf no Brasil, implanta-

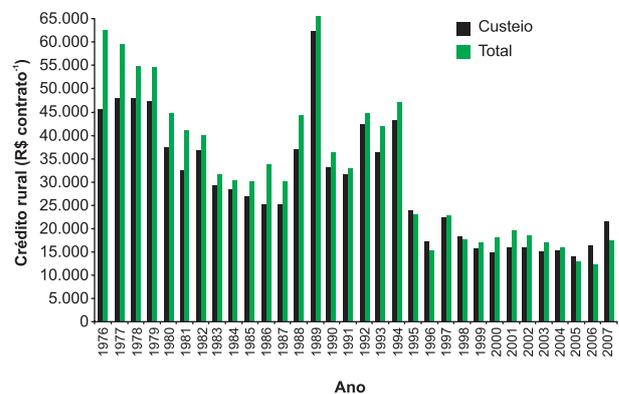


Figura 9. Evolução do tamanho médio dos contratos concebidos do crédito rural.

Fonte: Bacen (2008).

do em 1996. A Figura 10 apresenta a evolução do crédito de custeio, investimento e total do Pronaf, no período compreendido entre 1999 e 2007.

No período visualizado, os recursos do Pronaf quadruplicaram, sendo de R\$ 1,78 bilhão em 1999 e de R\$ 7,12 bilhões em 2007. Nesse ano, os recursos de custeio foram de R\$ 3,98 bilhões e de investimento, R\$ 3,15 bilhões. Ressalte-se que os recursos do Pronaf de investimentos mostraram a maior taxa de crescimento no período, que foi de 905,43% (Figura 10).

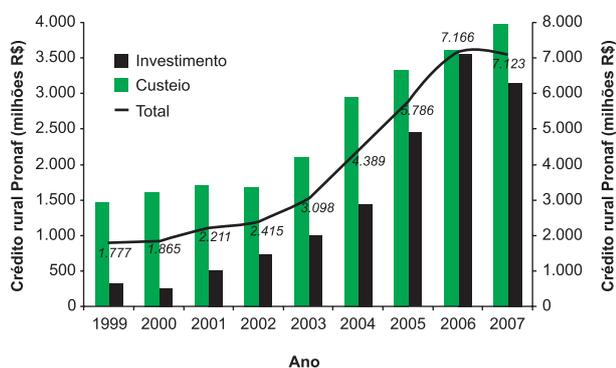


Figura 10. Evolução do Pronaf no Brasil, no período de 1999 a 2007.

Fonte: Bacen (2008).

Crédito rural e a taxa de juros

A análise das taxas de juros nominais utilizadas, bem como as respectivas fontes de recursos, são mostradas na Tabela 1. As taxas de juros das fontes de recursos mostradas na Tabela 1 foram extraídas de Bacha et al. (2005), conforme os dados disponibilizados no Anuário Estatístico do Crédito Rural.

Segundo Carvalho e Silva (2008), a taxa de juros do crédito rural está em patamares inferiores aos daquelas requeridas em outros financiamentos. De acordo com os autores, as ações descritas podem não resultar em práticas efetivas, o que é explicado pela evolução da conjuntura econômica e pelo desinteresse dos bancos comerciais na aplicação da exigibilidade em crédito rural. Outro fator a ser analisado deve englobar as características da agricultura, pois é o único setor da economia que imobiliza recursos próprios ou de terceiros por 180 dias para produzir e até 210 dias para comercializar. Ademais, o setor agrícola pode estocar por um período de 12 meses uma produção referente a poucos meses de safra. Dessa forma, são as taxas de juros que causam impacto direto na agricultura.

Tabela 1. Fontes de recursos para o crédito rural e suas respectivas taxas de juros utilizadas até o ano de 2003.

Fontes de recursos	Fonte das taxas de juros
Recursos do tesouro	Taxas oficiais de crédito rural
Recursos obrigatorio	Taxas oficiais de crédito rural
	1987–1989 — taxa do overnight
Poupança rural	1990–1992 — taxa do CDI
	1993–2003 — hot-money
Recursos livres	1989 — taxa do overnight
	1990–1992 — taxa do CDI
	1993–2003 — hot-money
	1989–1990 — IGP + 3%
	1991–1994 — TR + 8%
Fundos constitucionais	1995–1998 — TJLP + 6%
	1999 — IGP-DI + 8%
	2000–2003 — FCO rural

Continua...

Tabela 1. Continuação.

Fontes de recursos	Fonte das taxas de juros
FAT	Taxas oficiais de empréstimo para o FAT
Fundo de commodities	1997–2003 — hot-maney
Recursos do BNDES/Finame	Taxas oficiais — Aquisição de máquinas
Recursos Incra/Procera	Taxas oficiais — Banco da Terra
Recursos dos governos estaduais	Taxas oficiais de crédito rural
Recusos do Funcafé	Taxas oficiais de empréstimo para o Funcafé
Recusos externos — 63 Rural	1998–2003 — hot-money
	1985–1989 — taxa do overnight
Recusos de outras fontes	1990–1992 — taxa do CDI
	1994–2003 — hot-money

Fonte: Bacha et al. (2005).

Analisando-se o comportamento dos juros do crédito rural de custeio, observa-se a estratégia do governo na elaboração de ações diferenciais para a agropecuária, destacando-se a aplicação de recursos a uma taxa de juros fixa (Figura 11).

A taxa fixa de 8,75% ao ano, estabelecida em 1998, apresentou uma queda, até o ano de 2002, quando atingiu um valor de -3,78%, explicada pelo IPCA daquele ano, que foi de 12,53%. Após esse período, a taxa real de juros do crédito rural mostrou elevações, atingindo o valor cobrado de 5,61% em 2006. Contudo, no ano seguinte, uma nova queda foi constatada, com um valor de 2,29% ao ano (Figura 11).

Crédito rural e a crise financeira internacional

Com a crise de liquidez convertida em crise de confiança no cenário internacional, diversos bancos centrais e tesouros nacionais foram obrigados a coordenar as intervenções para garantir não apenas a liquidez, mas a solvência do sistema.

O atual contexto da crise financeira é de amplitude superior ao visualizado no mercado imobiliário norte-americano, pois está inserida nos instrumentos de crédito e de financiamento,

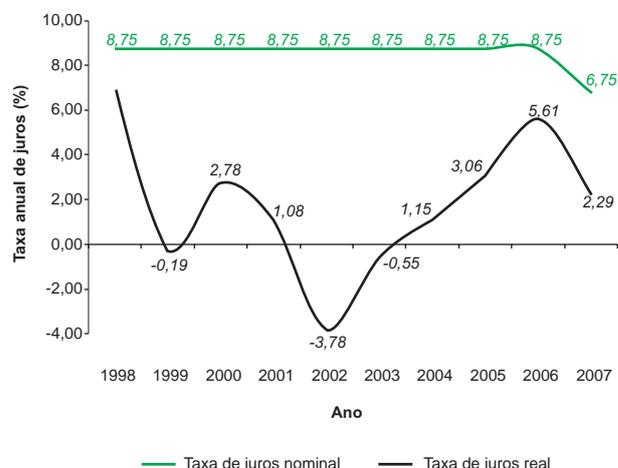


Figura 11. Taxas anuais de juros, nominal e real, do crédito rural em percentagem ao ano, no período de 1998 a 2007.

a mais importante alavanca de desenvolvimento do capitalismo moderno. A crise tem sido avaliada pela perspectiva da ética do capitalismo, questionando-se o caráter científico da economia, sob os efeitos do sistema financeiro, da especulação e da assimetria de informações.

Os efeitos dos impactos da crise financeira internacional na economia brasileira foram destacados a curto e longo prazo (BRASIL, 2008b). Os impactos a curto prazo estão associados a diversos fatores, dentre eles: expatriação de aplicações financeiras; volatilidade nas

cotações das *commodities*; redução e encarecimento do crédito; depreciação do Real; forte contração das linhas de financiamento externo.

A longo prazo, os efeitos visualizados são: a) incerteza sobre a evolução das exportações; b) aumento das dificuldades de financiamento externo; c) queda dos investimentos diretos estrangeiros; d) desaceleração da atividade econômica; e) intensificação das pressões sobre as contas externas; f) pressões inflacionárias decorrentes da alta do dólar; g) incerteza no comportamento da taxa de juros; h) insegurança para investimentos produtivos.

Como consequência dos efeitos da crise, a taxa de câmbio se elevou com a depreciação do real, mostrando oscilações significativas ao longo dos dias, conforme se visualiza na Figura 12.

A despeito das oscilações observadas na cotação do dólar, em virtude dos impactos da crise, as projeções indicam que a taxa de câmbio se estabilizará entre 2,20 R\$ US\$⁻¹ e 2,40 R\$ US\$⁻¹, o que eleva a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional.

Os impactos da crise norte-americana têm sido discutidos pelas entidades ligadas ao agropêlo e ao cooperativismo no Brasil, com o propósito de se identificar os seus reflexos e as suas oportunidades. As consequências para o setor estão relacionadas aos preços das *commodi-*

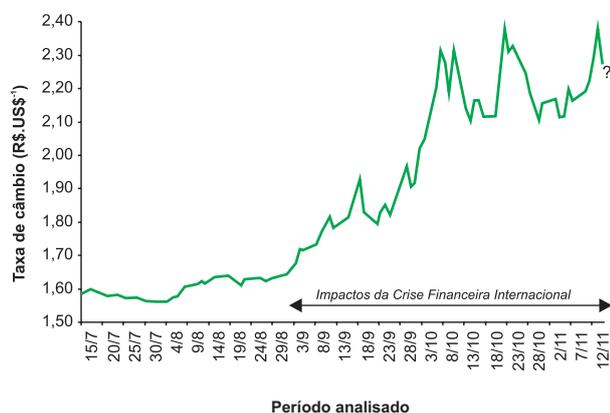


Figura 12. Influência da crise financeira na taxa de câmbio brasileira nos meses de setembro a outubro de 2008.

Fonte: Cepea (2008).

ties agrícolas, disponibilidades de crédito rural e impactos nas exportações.

A redução no ritmo de empréstimos em meio à crise internacional resultou em preocupações para os produtores rurais e cooperativas no Brasil. Como exemplo, as *tradings*, relevantes financiadoras da agricultura, limitaram as compras antecipadas, fato explicado pelas dificuldades de captação de recursos externos e pelas oscilações de preços das *commodities*. Dessa forma, as empresas reduziram a oferta de crédito e, conseqüentemente, tendem a ser mais rígidas na liberação dos financiamentos para a próxima safra de grãos. Associada a isso, a elevação dos custos de produção da agricultura brasileira intensifica as preocupações, já que estas provocam elevações nos volumes de crédito requeridos para a atividade.

A demora na liberação do crédito e o comprometimento do custeio, conseqüências da realização da renegociação dos estoques de dívidas, geram inseguranças para produtores e cooperativas, fato agravado pela necessidade de aquisição de insumos, como fertilizantes e defensivos.

Considerações finais

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) apresentou transformações nos períodos analisados, considerando-se a estabilização da economia e dos preços a partir da segunda metade da década de 90. Em 1996, o crédito rural atingiu seu valor real mais baixo desde 1966. Contudo, observou-se uma retomada na tendência de crescimento do volume de crédito, fato relacionado ao incremento da produtividade e da produção agrícola, tendo-se nos recursos provenientes do crédito direcionado, como as aplicações obrigatórias dos bancos comerciais, os fundos para-fiscais (FAT, Fundos Constitucionais) e o BNDES, as principais fontes.

A despeito do cenário de retomada da tendência de incremento do volume de crédito rural oficial disponibilizado, a elevação dos custos de produção e os reflexos da crise fi-

nanceira internacional no agronegócio podem comprometer os investimentos nas lavouras e, conseqüentemente, provocar queda na produtividade agrícola.

De acordo com as análises dos juros reais do crédito rural e dos riscos envolvidos na atividade agropecuária, o sistema bancário posiciona-se de forma conservadora para o financiamento voluntário do setor. Por essa razão, uma parcela significativa do financiamento do custeio, da comercialização e do investimento do setor está concentrada nos mecanismos parafiscais, nos bancos públicos e nos recursos de aplicação compulsória dos bancos comerciais.

Como considerações finais, o crédito rural influenciou diretamente a evolução do agronegócio brasileiro, contudo, diante da elevação dos custos de produção e das incertezas relacionadas à crise financeira internacional e de seus possíveis impactos na pauta de exportação do setor, torna-se necessária a reestruturação e a ampliação dos recursos e dos prazos de crédito rural para o custeio, investimento e comercialização da produção agropecuária brasileira.

Referências

- BACEN. Banco Central do Brasil. **Sistema financeiro nacional**: crédito rural: anuário estatístico do crédito rural. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>>. Acesso em: 14 jul. 2008.
- BACHA, C. J. C.; DANELON, L.; DEL BEL FILHO, E. Evolução da taxa de juros real do crédito rural no Brasil: período de 1985 a 2003. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 14, n. 26, maio 2005.
- BACHA, C. J. C.; SILVA, G. S. Os novos instrumentos de financiamento do agronegócio. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 36-38, set. 2005.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Câmaras e Conselhos**: câmara temática de insumos agropecuários: medidas do Governo frente à crise financeira. Disponível em: <www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 5 nov. 2008b.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Planos e programas**: Plano Agrícola e Pecuário. Disponível em: <www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2008a.
- CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. L. Taxa de juros: um problema real para a agricultura. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano XVII, n. 1, jan./mar. 2008.
- CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Mercado agropecuário**. Disponível em: <www.cepea.esalq.usp.br>. Acesso em: 25 jun. 2008.
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Central de informações agropecuárias**: conjuntura agropecuária. Disponível em: <www.conab.gov.br>. Acesso em: 24 jun. 2008.
- FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Divisão de gestão de dados**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/dgd>>. Acesso em: 18 jun. 2008.
- GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. Financiamento da agricultura: experiências e propostas. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília, DF: Ipea, 2001. p. 95-155.
- GOLDIN, I.; REZENDE, G. C. de. **A agricultura brasileira na década de 80**: crescimento numa economia em crise. Rio de Janeiro: Ipea, 1993. 119 p.
- MESQUITA, T. C. **Desempenho da agricultura brasileira e sua relação com alguns instrumentos de política econômica 1970/1990**. 1994. 224 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SERVILHA, V. **O financiamento da agricultura brasileira**. 1994. 228 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.